



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
EXÉRCITO PORTUGUÊS  
ACADEMIA MILITAR**

**CONTRATO N.º ADG/66/2022**

**aquisição de serviço de catering no âmbito projeto Strategy**

**Valor: 19 372,00 € (dezanove mil, trezentos e setenta e dois euros) (s/IVA)**

**Orçamento: FEU**

**Item Financeiro: D.02.02.20.E0.00**

**Elemento PEP: 22IN411076**

**Cabimento n.º 4022122587**

**Compromisso n.º 4022624410**

**CPV: 55520000-1**

**PRIMEIRO OUTORGANTE:**

**Estado Português - Exército Português – Academia Militar**

**SEGUNDO OUTORGANTE:**

**506215741 - Impacto Ideias e Eventos, Lda**



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
EXÉRCITO PORTUGUÊS  
ACADEMIA MILITAR

**CONTRATO N.º ADG/66/2022**

**aquisição de serviço de catering no âmbito projeto Strategy**

Ao 28º dia do mês de agosto de 2022 pelas 10 horas, nas instalações da Academia Militar, sito na Academia Militar – Secção de Logística, Av. Conde Castro Guimarães, 2720-113 Amadora, na pessoa do **Exmo. Coronel Diretor dos Serviços Gerais e de Administração (DSGA)** [REDACTED], na qualidade de Outorgante em representação do Estado-Português, (doravante designado por **Primeiro Outorgante**), e a pessoa coletiva 506215741 - Imppecto Ideias e Eventos, Lda (doravante designada por **Segundo Outorgante**), com sede na Rua do Botequim nº 17 A, Lazarim, 2820-664, Chameca de Caparica, representada no presente ato por [REDACTED] na qualidade de representante legal, cuja identidade foi legalmente reconhecida, se assinou o presente contrato para **aquisição de serviço de catering no âmbito projeto Strategy**, no montante global de 19 372,00 € (dezanove mil, trezentos e setenta e dois euros), sem IVA, cuja adjudicação foi autorizada por despacho de 12 de agosto de 2022 do Exmo. Coronel Diretor da DSGA, emitido ao abrigo da subdelegação de competências conferida por Despacho n.º 4768/2021, n.º 92 da 2.ª Série do Diário da República de 12 de maio de 2021. -----

**Cláusula 1.ª**

**Objeto do Contrato**

O presente contrato tem por objeto a **aquisição de serviço de catering no âmbito projeto Strategy** a prestar/fornecer pelo **Segundo Outorgante** ao **Primeiro Outorgante**, no montante de 19 372,00 € (dezanove mil, trezentos e setenta e dois euros), o qual acrescerá o **IVA** à taxa legal em vigor, num total global de 22 612,82 (vinte e dois mil, seiscentos e doze euros e oitenta e dois cêntimos), em conformidade com a proposta adjudicada da empresa Imppecto Ideias e Eventos, Lda. -----

**Cláusula 2.ª**

**Local de entrega**

O objeto do presente contrato será entregue na **Academia Militar Sede e Escola das Armas, R. Gomes Freire 203, 1169-203 Lisboa e Escola das Armas, R. Canal 6, Mafra, respetivamente.** -----

**Cláusula 3.ª**

**Prazo de execução**

O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado de **11 a 14 de outubro de 2022.** -----

**Cláusula 4.ª**

**Fiscalização Prévia**

1. Quando o preço contratual for superior a 750.000€, o contrato está sujeito a fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho;-----
2. Quando o preço contratual for superior a 950.000€, o prazo de execução apenas se inicia após a obtenção de visto ou declaração de conformidade por parte do Tribunal de Contas, em virtude de nos termos do n.º4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a execução do contrato não se poder iniciar antes daquele momento.-----

**Cláusula 5.ª**

**Preço**

O valor do presente contrato é de 19 372,00 € (dezanove mil, trezentos e setenta e dois euros) s/IVA. -----

**Cláusula 6.ª**

**Condições de pagamento**

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, após a aceitação definitiva do objeto do contrato prevista na Cláusula seguinte; -----
2. Eventuais propostas de adiantamentos estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual; -----
3. Nenhum pagamento poderá ser efetuado antes do contrato ser visado pelo Tribunal de Contas e liquidados os respetivos emolumentos; -----

4. Em caso de recusa de visto por parte do Tribunal de Contas, apenas poderão ser pagos os bens entregues ou serviços prestados até à data da notificação dessa decisão; -----
5. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o **Segundo Outorgante** tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual. -----

#### Cláusula 7.ª

##### Aceitação

1. Após a realização da inspeção quantitativa e qualitativa, e verificada a conformidade do objeto do contrato, cabe à Secção de Logística declarar a aceitação definitiva do objeto, ficando registada a data de aceitação do mesmo; -----
2. Por aceitação definitiva deverá entender-se o ato final de aceitação efetuado pela Secção de Logística através da emissão de ofício que considere encerrado o processo de aceitação do objeto do contrato; --  
-----
3. Se durante a realização da inspeção quantitativa e qualitativa se verificar a ocorrência de falhas ou deficiências na execução do fornecimento, as mesmas serão comunicadas ao **Segundo Outorgante** para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das irregularidades detetadas, sob pena de aplicação das sanções pecuniárias previstas na Cláusula 14ª;-----
4. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, e do n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para determinar a conformidade dos bens ou dos serviços não pode exceder 30 dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos; -----
5. Nas situações previstas no n.º 2 do artigo 3.º do presente Contrato, para efeitos de aceitação, apenas serão considerados os bens entregues num intervalo não inferior a 30 dias desde a última entrega parcelar. -----

#### Cláusula 8.ª

##### Garantia e Assistência Técnica

Em caso de anomalia detetada no âmbito da execução contratual, o **Segundo Outorgante** compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito aos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao **Segundo Outorgante**. -----

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias**

1. Na execução do contrato, o **Segundo Outorgante** pugnará pelas melhores práticas ambientais que estejam ao seu alcance, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável. À entidade adjudicante compete tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações em matéria de direito ambiental, tendo por base o Considerando 37 da Diretiva 2014/24/EU; -----
2. Pretende-se, tendo em vista as normas e objetivos da União Europeia, uma contratação pública sustentável, alicerçada no acordo de vontades realizado entre as entidades adjudicantes e os adjudicatários, visando a concretização de ideais ambientalmente sustentáveis. -----

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Sigilo**

O **Segundo Outorgante** garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações relacionadas com a atividade do **Primeiro Outorgante**, ou outras, de que venha a ter conhecimento em consequência da execução do contrato. -----

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Documentação**

1. O **Segundo Outorgante** entregará ao **Primeiro Outorgante**, aquando do fornecimento do objeto do contrato, catálogos e demais documentação relevante, relativa ao objeto do contrato, caso existam; -----
2. O **Primeiro Outorgante** poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior. -----

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Subcontratação**

1. O **Segundo Outorgante** não pode recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, para a execução das atividades objeto do presente procedimento sem expresse consentimento por escrito do **Primeiro Outorgante**; -----
2. O recurso à prestação de serviços a entidades terceiras não pode, em caso algum, pôr em causa o cumprimento pontual de todas as obrigações assumidas pelo **Segundo Outorgante**; -----

3. O **Segundo Outorgante**, no caso de recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, deve apresentar os documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa; -----
4. O **Segundo Outorgante** não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do **Primeiro Outorgante**; -----
5. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, devem ser apresentados pelo cessionário todos os documentos de habilitação que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa.

#### Cláusula 13.ª

##### Controlo e fiscalização

1. O **Primeiro Outorgante** reserva-se o direito de fiscalizar o cumprimento das condições contratuais; ----
2. O **Segundo Outorgante** obriga-se a prestar todo o tipo de dados referentes ao fornecimento objeto do presente contrato, sempre que sejam solicitados pelo **Primeiro Outorgante**. -----

#### Cláusula 14.ª

##### Sanções

1. Se, por causa que lhe seja imputável, o Segundo Outorgante não cumprir os prazos estipulados para a entrega dos bens ou na prestação do serviço, ou na situação prevista no n.º 3 do artigo 7º, fica este obrigado, a título de sanção pecuniária, ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:  $P = V * A / 300$ , em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso, sem prejuízo eventuais indemnizações pelo dano excedente;-----
2. Em caso de incumprimento por parte do **Segundo Outorgante**, designadamente atraso na prestação, as sanções pecuniárias poderão ser reduzidas se for parcialmente cumprida a prestação em falta; no caso de o **Segundo Outorgante**, por outro lado, cumprir integralmente a prestação em falta, as sanções pecuniárias poderão não ser exigidas. -----

#### Cláusula 15.ª

##### Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato; -----
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas; -----

3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual. -----

**Cláusula 16.ª**

**Gestor do Contrato**

Nos termos do artigo 290ª-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, foi nomeado para gestor do presente contrato [REDACTED]

**Cláusula 17.ª**

**Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do **Segundo Outorgante** quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial; -----
2. Caso o **Primeiro Outorgante** venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o **Segundo Outorgante** indemniza-o de todas as despesas que em consequência aquele efetue e lhe sejam imputadas. -----

**Cláusula 18.ª**

**Outros Encargos**

Todas as eventuais despesas não expressamente previstas no presente contrato e que derivem da sua execução são da responsabilidade do **Segundo Outorgante**. -----

**Cláusula 19.ª**

**Resolução do contrato**

O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis. -----

**Cláusula 20.ª**

**Foro competente**

1. O **Segundo Outorgante** declara aceitar sem reservas o presente contrato definitivo em todas as suas cláusulas e condições, de que tem perfeito conhecimento; -----
2. Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. -----

**Cláusula 21.ª**

### Legislação aplicável

Em tudo o não especificado no presente contrato aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis. -----

#### Cláusula 22.ª

##### Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato: -----
  - a. O Caderno de Encargos; -----
  - b. A proposta adjudicada; -----
  - c. O estabelecido no próprio título contratual. -----
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas anteriores, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados no número anterior. -----

#### Cláusula 23.ª

##### Eficácia do Contrato

O presente contrato começa a produzir efeitos imediatamente após: -----

1. A sua outorga; -----
2. A publicação, nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual; -----
3. A subsequente emissão do Pedido de Compra pela Secção Logística da Academia Militar, extinguindo-se com o cumprimento de todas as obrigações contratuais dele decorrentes. -----

#### Cláusula 24.ª

##### Disposições Finais

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----
2. O fornecimento objeto do presente Contrato foi adjudicado por Despacho de 12 de agosto de 2022 do Coronel Diretor da DSGA. -----
3. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por Despacho de 12 de agosto de 2022 do Coronel Diretor da DSGA. -----
4. O Preço Contratual global do presente Contrato é de 19 372,00 € (dezanove mil, trezentos e setenta e dois euros) s/IVA. -----
5. O presente contrato será suportado por conta de verbas de FEU, Rubrica: **D.02.02.20.E0.00**. -----

6. Este Contrato foi elaborado em Duplicado, sendo um exemplar para cada um dos Outorgantes. -----
7. O presente contrato constitui o acordo total e completo entre as duas partes. Todas as modificações ou emendas devem ser feitas por escrito, numeradas sequencialmente, identificadas, aprovadas e assinadas por ambas as partes, para que tenham poder de obrigar as mesmas. -----
8. Se qualquer disposição deste contrato for anulada, as restantes disposições não serão afetadas pela referida anulação, ficando todas elas em vigor. Ambas as partes contratantes acordam, em tal caso, substituir as disposições anuladas por outras válidas, equivalentes às substituídas. -----
9. Sempre que o **Segundo Outorgante** se faça representar nos atos relacionados pela execução deste contrato, é exigível a apresentação de documentos donde constem os poderes conferidos para o efeito ao representante, caso em que todos os atos por este praticados serão feitos em nome e por conta do **Segundo Outorgante**. -----
10. Este contrato, escrito em língua portuguesa, consta de 10 (dez) páginas, rubricadas pelas partes contratantes à exceção da última que contém as assinaturas e respetiva autenticação. -----
11. Depois de o **Segundo Outorgante** ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social, o contrato foi assinado pelo representante do Primeiro Outorgante e pelo representante do **Segundo Outorgante**.-----
12. O presente contrato foi suportado pelo compromisso n.º **4022624410**.-----

**PELO PRIMEIRO OUTORGANTE**

Assinado por ALFREDO MANUEL APARICIO FILIPE  
Num. de Ideia 4022624410  
Data: 2022.07.16 15:01:01.00

**Alfredo Manuel Aparicio Filipe**

**Coronel de Cavalaria**

**PELO SEGUNDO OUTORGANTE**

**Impacto Ideias e Eventos, Lda**

PAULO JORGE DIAS  
DOMES PINTO

**Impacto Ideias e Eventos, Lda**